

# Relações de Gênero e Poder: Uma análise do processo de luta pela terra no Assentamento Flor do Bosque, Messias – Estado de Alagoas- Brasil

Resultado de Investigação em curso

Gênero, Desigualdades e Cidadania

Autoras: Patricia Rosalba Salvador Moura Costa<sup>1</sup>  
Amanda Christinne Nascimento Marques<sup>2</sup>

## Resumo

Este artigo objetiva apresentar dados parciais de uma pesquisa realizada com mulheres que vivem no Assentamento Flor do Bosque, localizado no município de Messias, Estado de Alagoas, Brasil. Trata-se de uma pesquisa interdisciplinar que dialoga as áreas temáticas disciplinares da Sociologia e da Geografia, com enfoque para o campo de estudos de gênero, e procurou observar as relações de poder entre mulheres e homens assentados/as. A metodologia usada ancora-se no uso de entrevistas e da observação participante. Os resultados preliminares destacam que as desigualdades de gênero são bastante evidentes, desconhecimento dos direitos básicos e sociais por parte das mulheres, e a presença de formas de violências cometidas contra estas.

**Palavras-chave:** Mulheres do Campo, Assentamento, Reforma Agrária

*Quando eu me aposentar, eu tomarei uma decisão. Primeiro eu quero ter o meu pão, depois eu verei como faço, mas me dói muito deixar tudo isso aqui, eu amo isso aqui, isso é minha vida, a terra é minha vida (Dona Silvia, assentada do Assentamento Flor do Bosque)<sup>3</sup>*

## I Introdução

Este artigo é parte integrante dos resultados parciais do projeto de pesquisa aprovado pelo edital de 32/2012 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq. O texto tem como objetivo apresentar dados preliminares sobre as relações de poder entre homens e mulheres assentados/as de reforma agrária que vivem no assentamento Flor do Bosque, localizado no município de Messias, Estado de Alagoas região nordeste do Brasil.

Partimos de uma perspectiva interdisciplinar, na qual, o foco teórico centra-se no uso do gênero como categoria de análise. Sobre o conceito de gênero utilizamos autoras como Scott (1990), Grossi (1998), Costa (2008). Outros/as autores/as das ciências sociais como Delgado (2005), Oliveira (2004) e

---

<sup>1</sup>Socióloga, Doutora em Ciências Humanas e Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe -IFS

<sup>2</sup>Geógrafa, Mestra em Geografia e Professora do Instituto Federal de Alagoas-IFAL

<sup>3</sup> Optamos por usar nomes fictícios com objetivo de preservar a identidade das interlocutoras. Esse trecho refere-se às experiências vivenciadas por D. Silvia sobre as formas de violência doméstica que sofre por parte do marido, e os motivos porque não se separou do mesmo, a dependência econômica e financeira do companheiro aparece como principal motivo para viver em situação de violência. A interlocutora é uma das mulheres assentadas no Flor do Bosque (Entrevista concedida no dia 06 de julho de 2013).

Prado Jr (1994), foram fundamentais para a elucidação de discussões sobre a questão agrária no Brasil. Nesse sentido, investigamos a realidade e a dinâmica da luta pelo referido território, através de alguns procedimentos metodológicos, a saber: pesquisa bibliográfica, entrevista e observação participante.

O Assentamento Flor do Bosque tem 35 famílias e é considerado como sinônimo de resistência, em virtude da persistência às diferentes tentativas de intimidação e expropriação territorial características bastante presentes no Estado de Alagoas. De 1998 a 2006, anos que ocorreram os processos de ocupação e desapropriação das terras para fins de reforma agrária, os/as camponeses/as sofreram despejos, ameaças e intimidações por parte dos latifundiários que reivindicavam a reintegração de posse das terras. Esse conflito territorial ficou conhecido no Estado de Alagoas, sobretudo pela quantidade de reintegrações de posse e persistência dos/as camponeses/as que ficaram acampados na beira da rodovia por quase 10 anos. Foi a partir da luta pela terra, que os/as referidos/as camponeses/as passaram a vislumbrar melhores condições de vida, embora seja importante destacar que a conquista da terra se apresenta como “um” e não “único” fator importante para a emancipação dessas famílias.

Nesse sentido, considerando que este artigo abarca o universo agrário, nossa principal meta é entender as relações de poder que se estabelecem entre homens e mulheres, sob a ótica destas, no Flor do Bosque, para tal, apresentaremos dados referentes a entrevistas e observação participante que realizamos com um universo de nove mulheres assentadas, e traçaremos um breve perfil social das mesmas.

## **II Assentamento Flor do Bosque: mapeando histórico e socialmente sua construção**

O assentamento Flor do Bosque está situado no município de Messias e possui 35 famílias. Esta instalação é fruto da desapropriação da fazenda Flor do Bosque que foi ocupada em novembro de 1998. Na propriedade, em meados dos anos 1980, funcionava a usina Bititinga, mas na década de 1990 os seus proprietários faliram em virtude de uma dívida contraída no Banco do Brasil, e a fazenda foi arrendada pela usina Santa Clotilde. Messias possui um IDHM 0,568<sup>4</sup>.

Nos períodos que antecederam o processo de luta, havia um grande número de trabalhadores/as desempregados/as e outros/as que passaram a exercer atividades temporárias e pendulares na cidade de Maceió. Alguns/as residiam em propriedades próximas ao assentamento como moradores de condição, e outros/as que foram expulsos da terra, passaram a residir em casas alugadas nas cidades circunvizinhas.

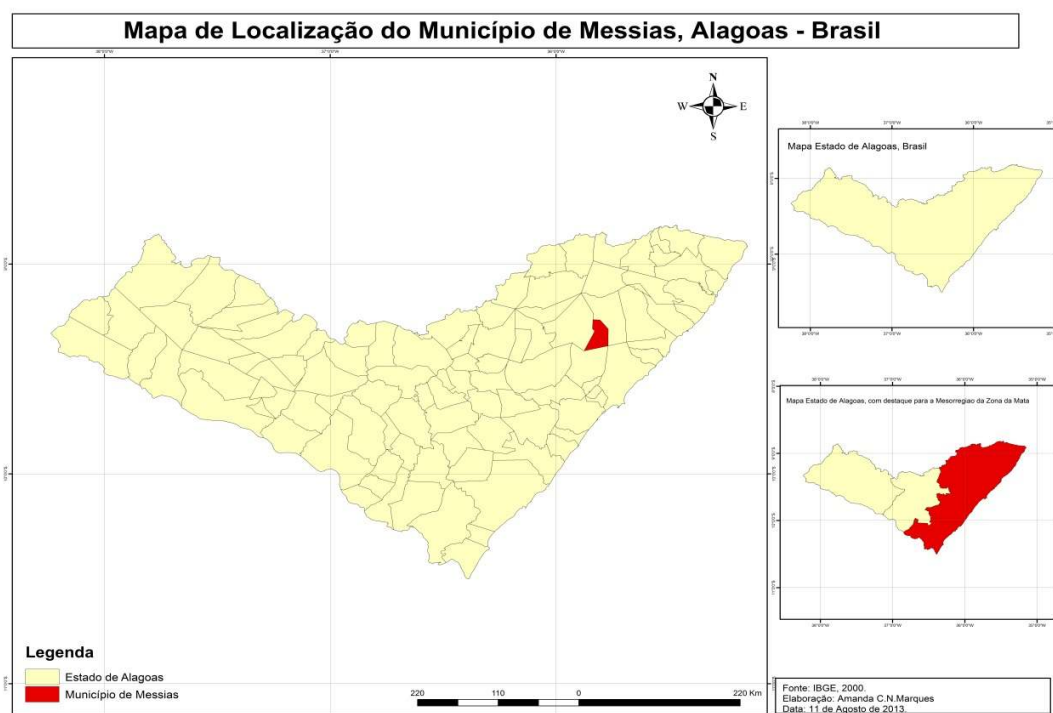
Após um processo de organização dos camponeses, o trabalho de base da CPT, bem como de conhecimento de seus direitos territoriais, eles passaram a reivindicar terra para trabalho, considerada não só como espaço de reprodução social, mas também de resistência camponesa no campo. A ocupação da fazenda se deu em 27 de novembro de 1998, o imóvel tinha 479 mil hectares de área registrada.

Em 1999, o INCRA fez uma vistoria na terra e declara como grande propriedade improdutivo. A partir desse momento se inicia outro debate político, no sentido de se discutir a viabilidade da desapropriação, em 2006, a fazenda foi adquirida pelo estado e repassada ao INCRA. Atualmente essas famílias vivem do cultivo da macaxeira, cana de açúcar, banana, milho, feijão, batata, caju, abacaxi e maracujá. Além da agricultura, essas famílias vivem da aposentadoria de alguns familiares e auxílios do governo federal.

---

<sup>4</sup>Dado de 2010. Recuperado em agosto de 2013, de <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-Municipios-2010.aspx>.

Verifica-se, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Agrícola - PDA (2011), que 36% da renda do assentamento são provenientes da bolsa família, 32% aposentadoria, sendo 16% de auxílio doença, 16% pensionistas. Segundo dados do PDA, alguns desafios são postos atualmente nesse assentamento, os quais se destacam a luta pela permanência e reprodução social na terra. Essa permanência se dá através de ações coletivas realizadas pelo grupo no próprio assentamento, a partir da atuação da associação, a organização de uma área coletiva, a reivindicação por uma escola dentro do assentamento e o reflorestamento de áreas degradadas. Outra questão que merece destaque é o pouco acesso das mulheres às políticas agrárias e agrícolas, segundo o PDA é importante que haja maior equidade de gênero no acesso a ações do governo para que haja maior empoderamento das mulheres nas questões relacionadas às decisões do assentamento. Segue mapa da localização do município de Messias, no Estado de Alagoas:



### III Vivências e experiências: Mulheres camponesas- um olhar sob as relações de poder no assentamento Flor do Bosque

O conceito de gênero desponta no final dos anos 1980 e início dos anos 1990 entre pesquisadoras feministas norte-americanas, referindo-se às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres (SCOTT, 1990, p.7; GROSSI, 1998). A partir desse marco, novas reflexões se interpuseram, refinando o debate em torno da desnaturalização das masculinidades e feminilidades e das relações de poder entre homens e mulheres. Entre intelectuais da teoria *queer*, que se inserem no debate pós-estruturalista contemporâneo, o gênero é pensado a partir da noção de performatividade, de maneira que, longe da fixidez de identidades ou normas pré-discursivas, consistiria em ações, dramatizações, repetições de modelos experienciadas pelos sujeitos (BUTLER, 2003; BOURCIER, 1999, 2001; BENTO, 2006; PRECIADO, 2008). Abordagem que descentrou os modelos de gênero dos discursos médicos a respeito da anatomia dos corpos.

No campo dos estudos feministas, portanto, a categoria gênero veio legitimar o debate teórico sobre o lugar social das mulheres (SCOTT, 1990; GROSSI, 1998), introduzir a perspectiva da

relacionalidade e fomentar o questionamento das explicações naturalizantes a respeito das assimetrias sociais entre homens e mulheres.

Segundo Cordeiro e Scott (2007), o processo de produção de conhecimento e reflexões políticas sobre mulheres e gênero em contextos rurais obteve maior visibilidade no contexto da década de 1980. Três vertentes foram fundamentais para o esboço dessa área:

A produção das pesquisadoras feministas sobre o trabalho feminino e, particularmente, sobre o trabalho das mulheres na área rural; os discursos das mulheres trabalhadoras rurais organizadas em grupos e movimentos; as pesquisas etnográficas sobre campesinato, ribeirinhos/as, populações indígenas, comunidades de coletores/as e pescadores/as, etc”. (CORDEIRO e SCOTT, 2007, p.420).

A produção de conhecimento científico se consubstanciou de grande importância para dar visibilidade as mulheres do campo e problematizar as relações de poder e desigualdade, associado a isso, a ação coletiva das mulheres agricultoras foi, sem dúvida, uma das grandes novidades do cenário político dos anos de 1980. Em vários locais do País, no início da década, grupos de mulheres passaram a se reunir para conversar sobre as suas vidas e o trabalho, fato que propiciou o surgimento de espaços de poder no qual se fortaleceu as lutas em torno de reivindicações das mulheres.

Para Cordeiro e Scott (2007), as lutas que alcançaram uma maior visibilidade política consideraram, no período, quatro eixos de reivindicação e ação: a) reconhecimento do trabalho na agricultura e nos sistemas agroextrativistas; b) lutas pelo direito à terra e pela reforma agrária; c) acesso aos benefícios da Previdência Social; d) participação das mulheres na estrutura sindical, seja como associadas a sindicatos, seja como diretoras de sindicatos e federações (CORDEIRO e SCOTT, 2007, p.423).

Um momento importante e que obteve participação das mulheres do campo se refere aos trabalhos realizados para a Constituinte. Naquele momento, a luta das trabalhadoras rurais que articuladas com o movimento sindical rural e com o movimento de mulheres garantiu conquistas como: o direito à terra, a extensão dos direitos trabalhistas para homens e mulheres trabalhadores/as rurais e o acesso aos benefícios da Previdência Social. A partir do final da década de 1980 as lutas das mulheres foram pela regulamentação dos direitos conquistados e pela implementação de políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade de gênero.

De acordo com Grossi (1998) após a década de 1980 as mulheres se fortaleceram e começaram a articular encontros sobre temáticas variadas, como a violência contra as mulheres, maternidade, direitos constitucionais. No ano de 1986 foi criado o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais – Nordeste. Os anos de 1990 representaram um período em que se fortaleceu a organização das trabalhadoras rurais com a formação de uma rede de comunicação, o que resultou na criação da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais em 1995. Em 2004, foi criado o Movimento de Mulheres Camponesas – MMC.

No Nordeste, o movimento de mulheres rurais cresceu e acolheu multiplicidades de ideias expressas nos grupos organizados, entre eles o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), os Coletivos Estaduais de Mulheres das Federações de Trabalhadores Rurais dos Estados, a Rede de Mulheres Trabalhadoras do Nordeste, o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MTR) (SALES, 2007, p.438).

Apesar da organização das mulheres em movimentos e sindicatos e das conquistas obtidas nos últimos anos, as desigualdades no meio rural ainda são muito expressivas. No nordeste do Brasil, essa situação merece especial atenção, principalmente nas questões relacionadas à desigualdade de gênero que levam a maior pauperização do público feminino. Além disso, na região do nordeste ainda está arraigada uma cultura patriarcal que faz parte da formação da identidade do/a nordestino/a e muitas

vezes contribui para a falta de problematização das questões relacionadas ao posicionamento das mulheres na sociedade (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2003).

Os projetos de assentamentos através de sua ação e seus efeitos têm atuado no sentido de minimizar as desigualdades de gênero e a pauperização da condição feminina no campo. Foi percebido através das entrevistas as mulheres do Flor do Bosque, a falta de percepção sobre as construções culturais que evidenciam as desigualdades de gênero nos assentamentos, dessa forma há um silenciamento/invisibilidade em relação as formas de violências de gênero são percebidas pelas mulheres assentadas. A estrutura política presente nos assentamentos oferecida pelos órgãos governamentais como o INCRA e pela associação de assentados/as<sup>5</sup> não oferecem mecanismos eficientes para que as mulheres se empoderem e participem de espaços de decisão e poder nos assentamentos.

No que diz respeito ao acesso às políticas públicas, foi percebido que as mulheres participam ativamente do processo de luta pela terra, mas, diferentemente dos homens, elas não têm acesso oficial a políticas de financiamento, da mesma forma que ficam impossibilitadas de requerer o crédito bancário para desenvolvimento das atividades agrícolas, conseqüência disso, é a falta de conhecimento sobre as ações do governo federal, e o baixo nível educacional das mulheres são pontos que dificultam a participação ativa da mulher no processo de aquisição dos direitos sociais, fator que contribui para a não efetivação da equidade de gênero, e conseqüentemente a falta de empoderamento das mulheres camponesas que lutam pelo acesso a terra e pelo desenvolvimento social e econômico da família e da região.

Outra característica percebida através da pesquisa de campo foi o desconhecimento por parte de mulheres e homens assentados dos meios para acessar direitos garantidos por Lei, além de uma presença de índices de violências de gênero, sobretudo, as agressões verbais, físicas, as formas simbólicas e a violência institucional, esta promovida, sobretudo pelo Estado. O presente estudo aponta ainda a necessidade de mais incentivos estatais para que haja maior participação das mulheres no acesso oficial às terras e conseqüentemente maior empoderamento das mesmas, isto se constitui como uma maneira de alcançar uma equidade de gênero nas relações de assentados/as do Flor do Bosque.

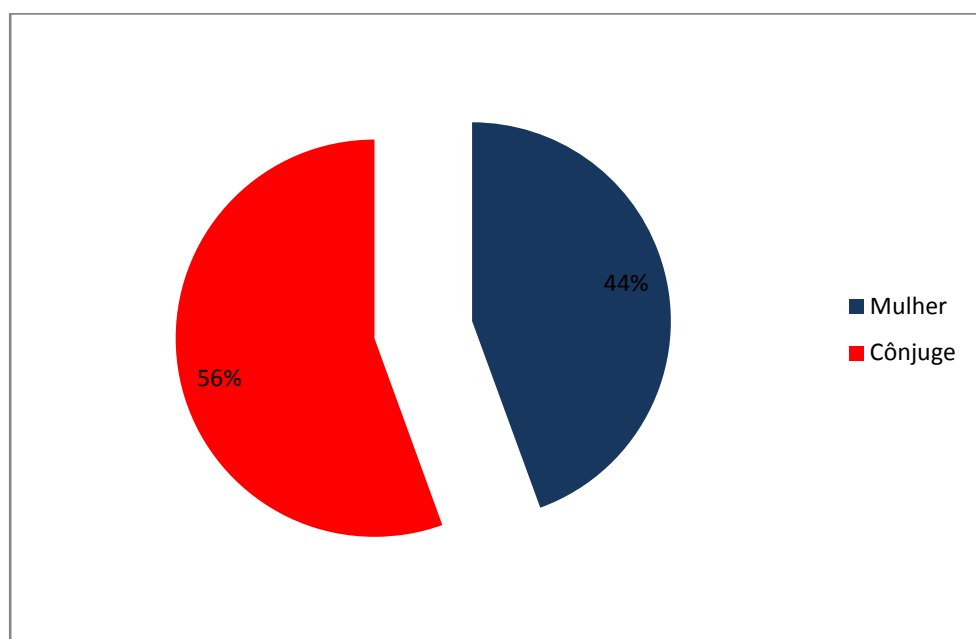
Embora as mulheres sejam contempladas no documento oficial de posse da terra, as mesmas não vislumbram o mesmo aproveitamento produtivo que os homens fazem do plantio. Trabalham todos os dias da semana cuidando da lavoura, no entanto, a parte financeira fica sob o controle masculino, geralmente é o companheiro que vende a produção nas feiras livres, ou diretamente a atravessadores. O trabalho das mulheres no campo, na grande maioria começa às cinco horas da manhã, trabalham até as 10:30h na terra, retornam para casa a fim de preparar o almoço para o companheiro e os filhos/as, e retornam ao campo no início tarde, por volta das 14:00h para atividades camponesas, voltando a sua residência às 16:30h para arrumar a casa e preparar a refeição noturna. As atividades domésticas são realizadas, exclusivamente, pelas mulheres, e são compreendidas pela comunidade como tarefa natural da condição feminina, ratificando os papéis de gênero estabelecidos socialmente.

Apesar da participação efetiva nas decisões/assistência familiar e na educação dos/as filhos/as a maioria das mulheres (56%) não se considera chefe da família, conforme podemos observar no gráfico 1 a seguir. esse papel é direcionado aos companheiros, que detêm o poder econômico e social. Apenas 44% das entrevistadas disseram que são elas quem chefiam as casa, esclarecendo que os maridos não estão presentes efetivamente no ambiente familiar, e que, portanto, o controle da situação é delas, no entanto, é importante registrar que a renda da família fica sob os cuidados dos companheiros.

---

<sup>5</sup>As associações criadas nos assentamentos de reforma agrária, tem como propósito o estabelecimento de relações entre as comunidades e o Estado, por meio do acesso à políticas públicas, bem como, é um espaço de debate de questões referentes as relações de convívio e de reprodução econômica e social dos grupos.

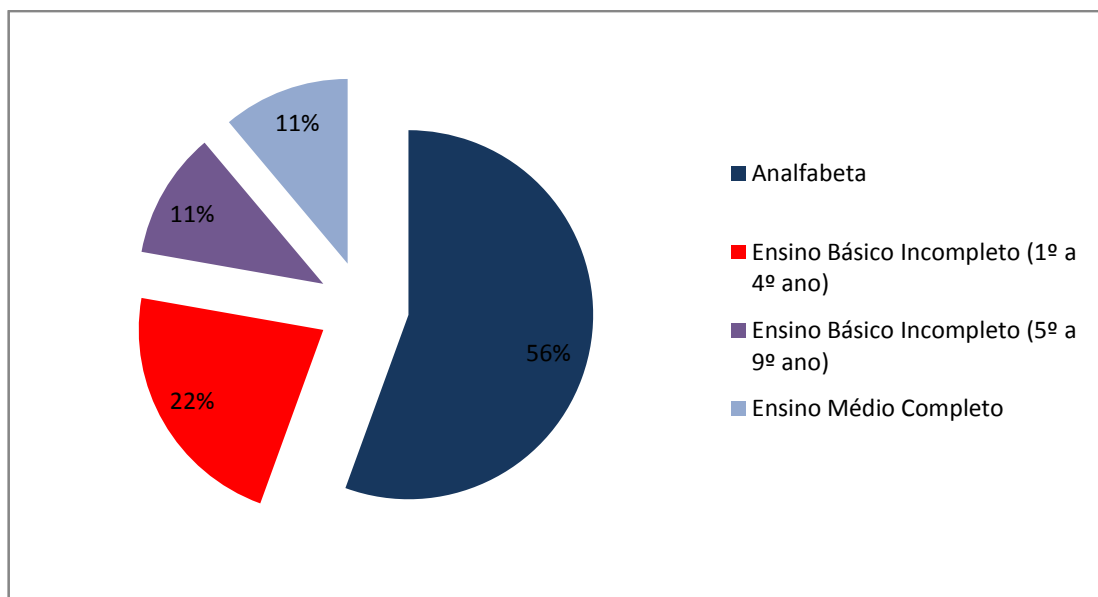
Gráfico 1. Chefe/ada unidade familiar



Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2013.

No quesito educação, os números apontam que a maioria das mulheres é analfabeta, duas estudaram até o 4º ano básico, uma estudou até o 9º ano, outra entrevistada concluiu o ensino médio. Esta última tem maior esclarecimento das questões referentes às dificuldades vivenciadas cotidianamente por mulheres, especialmente por ter trabalhado em hospitais como técnica de enfermagem antes de se tornar assentada, e certamente por possuir um grau mais elevado educacional. Em relação a faixa-etária, 66,67% das mulheres tem acima de 50 anos de idades, e informaram que os filhos estavam freqüentando a escola, uma exigência de programas sociais de transferência de renda, mas o acesso dos/as filhos/as ao ensino não se constitui como algo importante, diferentemente da valorização do trabalho no campo. No gráfico 2 a seguir, podemos observar essa afirmativa:

Gráfico 2. Escolaridade



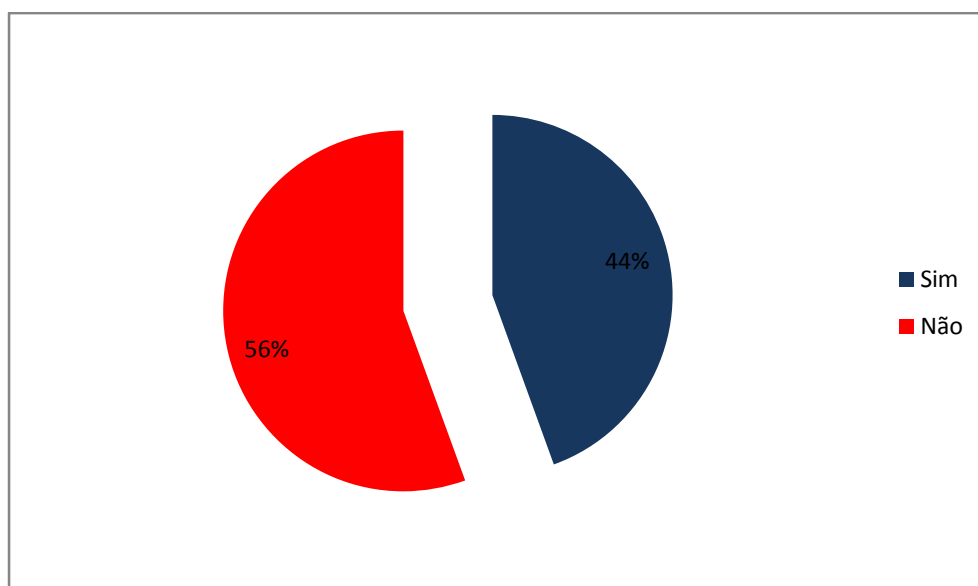
Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2013.

O Programa Bolsa Família<sup>6</sup> aparece como o principal benefício oriundo do Governo Federal a que as mulheres têm acesso. É compreendido como de fundamental importância na manutenção da renda familiar, pois com o dinheiro recebido é possível comprar roupa, caderno e alimentação para os filhos/as. Embora, uma das mulheres beneficiárias tenha destacado que o dinheiro fica com o marido, e ela impossibilitada de usá-lo. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social<sup>7</sup>, o Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), que tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 70 mensais, e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos. (ver gráfico 3) O acesso ao benefício bolsa família surge como uma forma de empoderamento das mulheres. As interlocutoras que não recebem o benefício se queixam das dificuldades burocráticas encontradas no cadastro para o beneficiamento, e lamentam não terem acesso ao crédito.

Gráfico 3. Benefícios Federais

<sup>6</sup> Uma das condições para que a família tenha direito a receber o benefício é que todas as crianças estejam frequentando a escola.

<sup>7</sup> Recuperado em 13 de agosto de 2013, de <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>.

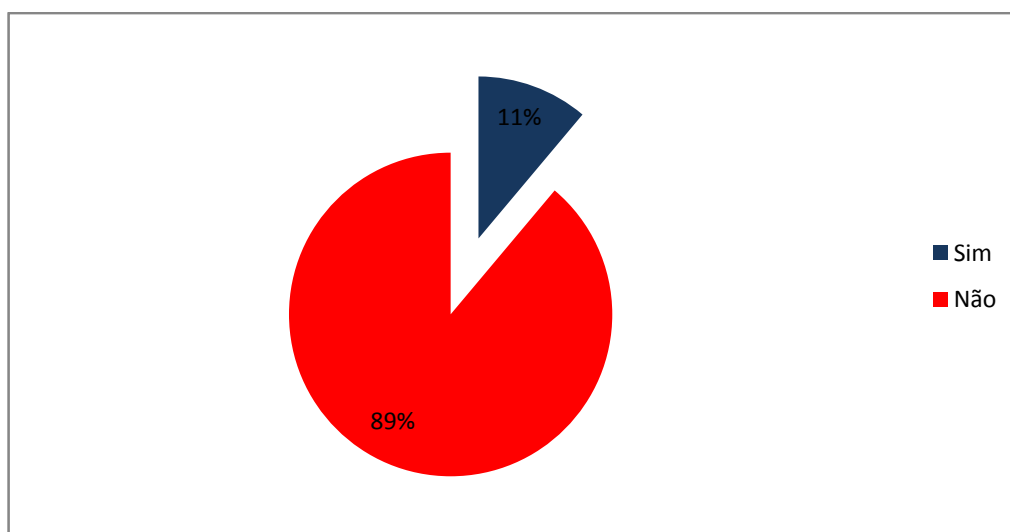


Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2013.

Quando a referência é outro tipo de crédito, especialmente o fundiário destinado a mulheres camponesas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF/MULHER, apenas uma das entrevistadas mencionou que conhecia o programa, conforme podemos observar no Gráfico 4 a seguir. As demais expuseram total desconhecimento, e criticaram o papel da associação de assentados/as que não repassavam as informações, ao mesmo tempo expuseram que se tivessem acesso a esse crédito seria muito bom, pois investiriam na terra, uma vez que as dificuldades para mantê-la são muito grandes, e sem dinheiro é bastante difícil, por isso atribuem ainda a situação de pobreza em que vivem, no gráfico abaixo é possível visualizar a porcentagem de mulheres que conhecem o crédito fundiário:

Gráfico 4. Conhecimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF-Mulher



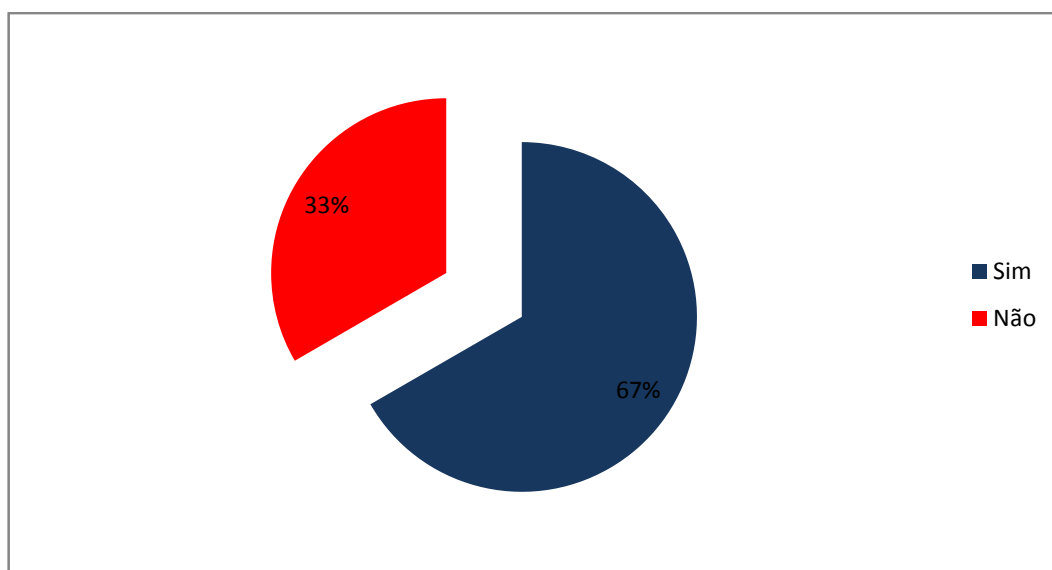


Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2013.

Conforme dados apontados no II Plano Nacional de Reforma Agrária- PNRA-2003, a situação de desigualdade social se expressa num número maior de mulheres entre as pessoas mais pobres do campo e numa participação expressiva nas ocupações não remuneradas do setor agropecuário. Apenas 7% dos beneficiários/as do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, no período de 1996 a 2000, eram mulheres. No mesmo período, as mulheres eram apenas 12,6% do público atendido pela Reforma Agrária. Além deste escasso acesso, há uma invisibilidade das mulheres como demandantes da Reforma Agrária, já que a proporção entre os gêneros na condição de assentados (as), assentados (as) titulados (as), acampados (as) e candidatos (as) inscritos não é equitativa (Brasil, 2003, p.27).

Seis mulheres se identificaram como associadas à associação comunitária, embora informassem que não participavam ativamente da mesma, com exceção de uma das entrevistadas que está inserida no movimento e é membro efetivo da associação. Esse espaço é percebido pelas mulheres como um lugar de debates e lutas políticas, no qual elas não têm voz ativa, é reconhecido como um ambiente destinado à participação masculina, onde tem muitas dissidências entre os participantes. Por outro lado, a maioria (90%), pontuou que a associação não desempenha o seu papel, que é de efetivamente representá-las e informá-las a respeito de política públicas voltadas as mulheres camponesas. O presente estudo aponta ainda a necessidade de mais incentivos estatais para que haja maior participação das mulheres no acesso oficial às terras e conseqüentemente maior empoderamento das mesmas, isto se constitui como uma maneira de alcançar uma equidade de gênero nas relações de assentados/as do Flor do Bosque. Por outro lado, o acesso a terra para representa liberdade, segurança e melhora de vida. Todas reconheceram que suas vidas mudaram para melhor após serem beneficiadas. Ver Gráfico 5 abaixo:

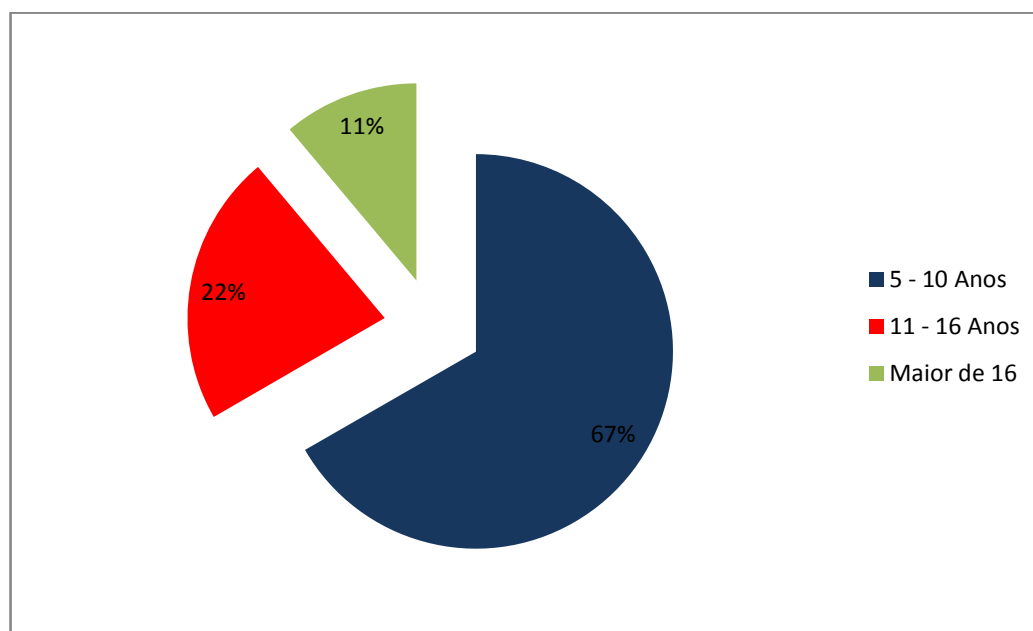
Gráfico 5. Participação das Mulheres na Associação Comunitária do Assentamento Flor do Bosque



Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2013.

Há um silenciamento em torno das violências sofridas ao longo da vida por parte das mulheres, parecem naturais as condições as quais foram e são submetidas, a falta de acesso a direitos básicos de sobrevivência naturalizam a compreensão das desigualdades, sobretudo as de gênero. Nas entrevistas relatam as dificuldades vivenciadas desde a infância, a maior parte começou a trabalhar muito cedo para ajudar a família, pois a situação de pobreza era grande, fato que se reproduz na atualidade, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 6. Idade em que começou a trabalhar



Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2013.

A forma de violência que conseguem identificar é a que deixa marcas corporais visíveis, nesse caso reconhecem a figura do companheiro como principal agressor, seguida do pai que praticava violência no período da infância. Parece haver um código de silêncio no assentamento, e o assunto violência contra mulher aparece como um tabu, apenas duas das entrevistadas relataram formas de violências sofridas pelo companheiro, e conhecem outras mulheres assentadas que também sofrem agressões físicas. Estas informaram que não denunciam os companheiros por medo de perderem o direito sobre a terra conquistada e também por não terem condições de sobreviverem sem uma renda.

No assentamento Flor do Bosque a dependência econômica do companheiro, as relações de poder desiguais entre homens e mulheres fortalecidas através da divisão do trabalho e dos papéis de gênero são fatores que interfere nas decisões das mulheres em denunciar o marido agressor ou se afastar do mesmo, elas sentem-se presas à relação e as represálias que possam sofrer, especialmente, perder o direito a terra conquistada<sup>8</sup>.

Quando perguntadas o que devem fazer caso venha a sofrer algum tipo de violência, todas foram unânimes em responder que procurariam a delegacia situada na zona urbana do município de Messias, e bem distante do assentamento, apenas duas mulheres relataram conhecer a Delegacia Especializada no Atendimento as Mulheres<sup>9</sup>, situada na capital Maceió, mas todas conhecem a Lei Maria da Penha-LMP sancionada em 2006<sup>10</sup>, ratificando a publicidade que foi dada a LMP pela sociedade brasileira nos últimos sete anos.

#### IV. Considerações Finais

As conclusões que apresentamos são parciais, pois a pesquisa está em sua fase inicial de execução. Foi possível perceber que o acesso a terra é condição fundamental para a sobrevivência das mulheres assentadas do Flor do Bosque, mesmo que o poder sobre o lote e a produção esteja sob o controle do companheiro. O homem surge nesse espaço ora como uma figura importante que se insere no espaço público, participa das feiras livre para vender a produção e colabora com as reuniões da Associação, ora como uma pessoa ameaçadora que pode a qualquer momento se beneficiar legalmente da terra, retirando o direito da mulher, esta é uma relação bem estabelecida que denota o reconhecimento social do homem como o maior beneficiado do assentamento. A dependência econômica e social do homem está bastante presente na fala das mulheres, na expressão corporal e no espaço que ocupam nas residências como mães e mulheres cuidadoras de famílias, a responsabilidade da educação dos/as filhos/as recai sobre a mulher.

Outro ponto fundamental que contribui para a percepção da dissimetria nas relações de poder é a falta de acesso a educação, a maioria das interlocutoras são analfabetas, não conhecem os direitos,

<sup>8</sup> As mulheres desconhecem completamente os seus direitos, e sofrem com o medo de perder a terra, caso cometam alguma atitude como o pedido da separação.

<sup>9</sup> As delegacias especializadas no atendimento a mulher no Brasil foram criadas a partir da década de 1980 com objetivo de fazer um atendimento mais humanizado as mulheres em situação de violência. De acordo com Pasinato e Santos (2008) “O contexto político de criação das primeiras delegacias da mulher no Brasil vai de meados da década de 1970 a meados da década de 1980. Neste período, dois fatores contribuíram para o surgimento destas delegacias a partir de 1985. O primeiro refere-se à expansão dos movimentos feministas e de mulheres com o surgimento da chamada “segunda onda” destes movimentos no início dos anos 1970. O segundo fator refere-se ao processo, ocorrido na primeira metade dos anos 1980, de transição política do governo militar para o civil e de redemocratização do Estado, dando lugar à criação de novas instituições e leis que pudessem corresponder a um Estado de Direito democrático e ao reconhecimento dos direitos de cidadania plena para todos(as) os(as) brasileiros(as) (PASINATO, SANTOS, 2008, pg. 9).

<sup>10</sup> Esta Lei sancionada pelo então presidente da Republica, Luiz Inácio Lula da Silva, cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. (BRASIL, Lei 11.340/2006)

não tem acesso a créditos fundiários, e observam o bolsa família como um importante programa que possibilita maior liberdade financeira.

As formas de violências estão presentes e são naturalizadas no cotidiano das interlocutoras, é como se tais experiências fizessem parte da existência das mulheres, e elas fossem obrigadas a conviver com isso, apontando como um destino da mulher que vive do campo, e que vivencia todas as formas de violências desde muito cedo.

Por fim, as mulheres apontam que gostariam de ter mais a presença do Estado no acampamento, seja através de mais programas sociais, ou de políticas públicas específicas voltadas à produção agropecuária, pois segundo as mesmas, ter a posse da terra é muito bom, mas é necessário o investimento para o desenvolvimento da agricultura familiar, sem capital é difícil para o pequeno agricultor sobreviver apenas do campo.

## V. Referências

ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. (2003). *Nordestino: uma invenção do falo. Uma história do gênero masculino (Nordeste 1920-1940)*. Maceió: Edições Catavento.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. (2007). *História: a arte de inventar o passado. Ensaio de teoria da história*. Bauru, SP: EDUSC.

BENTO, B.(2006). *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*.Rio de Janeiro: Editora Garamond.

BOURCIER, M. H. (1999) “Des ‘femmes travestie’ aux pratiques transgenres: repenser et queeriser le travestissement”. CLIO. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, n. 10.

BOURCIER, M.-H. (2001). *Queer Zones*.Paris: Editions Balland.

BUTLER, J. (2003). *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CORDEIRO, R. & SCOTT, R. (2007). Mulheres em Áreas Rurais nas Regiões Norte e Nordeste Do Brasil. *Estudos Feministas*, 15(2): 240, maio-agosto/.pp 419-423.

COSTA, P. R. S. M. (2008). *Entre o Fato e a Lei: representação, justiça e gênero no crime de estupro*. Guarapari: ExLibris.

DELGADO, G. C. (2005). A questão agrária no Brasil, 1950 – 2003. En: L. JACCOUD (Eds.) *Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo*.Brasília: IPEA Recuperado el Set de 2012, de [desafios.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/questaosocial/cap\\_2.pdf](http://desafios.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/questaosocial/cap_2.pdf)

GROSSI, M. P.(1998). Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal. En: J. PEDRO & M. GROSSI. (Eds.).*Masculino, feminino, plural:gênero na interdisciplinaridade* (pp. 293-313).Florianópolis: Editora Mulheres.

OLIVEIRA, A. U. de. (2004). *Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: FFLCH.

PASINATO, W & SANTOS, C. M. (2008). *Mapeamento das Delegacias da Mulher no Brasil*. PAGU/UNICAMP Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, Universidade Estadual de Campinas.

PDA (2011). Plano de desenvolvimento do Assentamento Flor do Bosque – Messias – AL. In: Incra: Maceió.

PNUD. (2010). Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. Recuperado em Set de 2012, de <http://www.pnud.org.br/IDH>.

PRADO Jr., C. (1994). *Formação do Brasil Contemporâneo*. (23ª. Ed.) São Paulo, Editora. Brasiliense.

PRECIADO, B. (2008). *Testo Yonqui*. Madrid: Espasa-Calpe.

SALES, C. (2007). Mulheres Rurais: Tecendo Novas Relações e Reconhecendo Direitos. Estudos Feministas, 15(2): 240, maio-agosto/2007. 437-443.

SCOTT, J. (1990) “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. Educação e Realidade. Porto Alegre, n.º 16.